

Integração contra a corrupção

Gustavo Ungaro

O crime organizado do colarinho branco, para desvio e lavagem de dinheiro público, vale-se de sofisticados métodos e estratégias complexas, não deixa rastros e aproveita brechas legais e administrativas. Move uma escalada insaciável pela acumulação ilícita de malas e mais malas, cujo recheio surpreendente (não são roupas nem itens de higiene pessoal) tem sido descoberto e apreendido pela Polícia.

Além das denúncias penais contra os quadrilhões, é necessária, também, ação articulada dos órgãos públicos responsáveis, para haver enfrentamento com eficácia, especialmente de modo a prevenir as ocorrências ilícitas, que irrigam fortunas escusas por meio da subtração de recursos escassos, cuja aplicação deveria ser em benefício coletivo. E isso só é possível com troca de informações, inteligência, uso da tecnologia, cooperação institucional e monitoramento social.

Em São Paulo, o Fórum de Combate à Corrupção – FOCCOSP reúne as instituições públicas competentes – Polícias, Ministérios Públicos, Tribunais, Corregedorias, Ouvidorias e outros – para realização conjunta de estudos e de capacitação, intercâmbio de dados estratégicos, regulamentação e aplicação de normas, propiciando até a criação de canal específico para denúncias de corrupção (acessível pelo site www.ouvidoriageral.sp.gov.br).

No Brasil, o Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI articula as Controladorias, Ouvidorias, Auditorias e Corregedorias de todo o país, promovendo boas práticas em busca do fortalecimento do controle da Administração e da melhoria dos resultados governamentais. Nessa direção, em parceria com o Banco Mundial, com apoio da Ouvidoria Geral do Estado e da Controladoria Geral da Capital, será realizado em São Paulo o Seminário "Gestão de Riscos e Controle Interno como instrumento de governança", no dia 30 de novembro de 2017, no Memorial da América Latina, com inscrições gratuitas pelo site www.conaci.org.br.

Participe. A ação integrada mais efetiva só ocorre com a sociedade presente, e o controle social depende da atuação de cada cidadão.

Gustavo Ungaro, bacharel e mestre em Direito pela USP, é advogado licenciado, professor de Ensino Superior, ouvidor geral do Estado de São Paulo e membro titular do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Obs: O conteúdo do artigo é de total responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).